

GLOBALIZAÇÃO E SEGURANÇA

SHIGUENOLI MIYAMOTO

A segurança deixou de ser tema relevante na agenda das potências? Para muitos autores voltados para o entendimento do processo denominado globalização, os temas econômicos têm sobrepujado as preocupações estratégico-militares. Assim, poucos são aqueles que consideram a segurança como vetor importante, senão crucial, no contexto das relações assimétricas de poder que orientam e dão formato ao sistema internacional.

O MUNDO GLOBALIZADO

Para os globalistas, o avanço das relações econômicas mundiais tem feito com que, gradativamente, o Estado-Nação tenha suas funções cada vez mais reduzidas, como ator de destaque na geometria de poder. Ou seja, o Estado-Nação estaria deixando de ser o referencial para a compreensão do que hoje se passa no mundo. Concomitantemente as Organizações Não-Governamentais e similares, principalmente empresas transnacionais, têm substituído o Estado na tomada de decisões e na implementação das políticas que modelam o mundo.

Em obra publicada no início dos anos 80, Richard Rosecrance caminhava nessa direção ao considerar o Estado como empresário, e vislumbrando novas formas de cooperação mundiais. O Estado não seria eliminado do cenário. Mas suas atividades, anteriormente, concentradas em grande parte nas elocubrações estratégicas e militares, estariam agora esvaziadas, não se enquadrando nas conjunturas de final do século. O novo mundo, alicerçado em relações econômicas crescentes e caracterizado pela livre concorrência, deixa, pois, de lado as tradicionais concepções realistas, que até recentemente embasaram as políticas interestatais. O comércio passou a assumir, nessa perspectiva, papel fundamental nas relações internacionais e de maneira irreversível, de modo que todos os atores — embora alguns possam ser prejudicados em um primeiro momento — sairão ganhando neste processo globalizante e cooperativo, logo, interdependente.

Nos anos que se seguem, a literatura que vai enfatizar a conjuntura mundial sob esse prisma torna-se cada vez mais numerosa, incluindo outros aspectos, desde os culturais aos políticos, dos religiosos aos sociais. A globalização passa a exercer não só nos discursos governamentais, mas também no meio acadêmico, um caráter explicativo, generalizante, para tudo que ocorre, sendo utilizado, na maior parte das vezes, fora de seu contexto original.

Cotidianamente, não se realiza evento de qualquer espécie, abordando desde os problemas relativos à habitação e aos direitos humanos, das minorias às

migrações, e das políticas demográficas ao ensino, sem vinculá-lo à globalização. O termo converteu-se em uma “palavra mágica” para explicar todos os acontecimentos, não só no âmbito das políticas domésticas, mas também na esfera das relações mundiais, sempre apoiado no mesmo princípio: o mundo hoje é uma aldeia, com os meios de comunicação sociais e a internet atingindo instantaneamente o planeta e desrespeitando as fronteiras físicas dos Estados. Estes últimos, portanto, encontram-se deslocados e desprovidos de outros atributos, a não ser os administrativos. Observa-se, assim, uma deturpação da idéia globalista original, que não elimina o Estado, mas apenas restringe/altera suas funções perante as regras cambiantes que regem o sistema internacional.

Um observador medianamente atento verá que, na realidade, o que acontece com o Estado é exatamente aquilo que se sucede com todas as instituições. Ao longo do tempo, conforme os momentos históricos, as instituições surgem, desaparecem, e são substituídas por outras, principalmente em períodos de crise, adaptando-se, modificando-se quando necessário, e buscando prolongar o máximo possível sua sobrevivência, como fazem a Igreja e as Forças Armadas.

Contudo, deve-se concordar que os autores que pregam o fim do Estado-Nação têm razão, pelo menos em parte. Sabe-se que, entre outros, os conceitos de soberania, de Estado-Nação e de poder não detêm, hoje, o significado original verificado em conjunturas anteriores. As próprias teorias de interdependência e de regimes, que adquiriram força nos últimos lustros, são exemplos de que espaço maior está sendo continuamente reservado a instâncias outras, que deslocam em muitos casos as decisões tomadas geralmente no âmbito do Estado, entendido esse como ator preponderante nas relações internacionais.

Constitui-se, por outro lado, naturalmente em exagero tecer declarações tão categóricas sobre o fim do Estado nacional, ao se analisar o sistema internacional que passa por rápidas transformações e não apresenta, ainda, formato acabado. O mundo está configurando nova macroestrutura, como diria Ronaldo Sardenberg, em que as dúvidas são bem maiores do que as certezas.

Apenas para uma rápida ilustração das incertezas sobre a constituição da nova ordem mundial, não se encontram análises definitivas sobre o papel que a China desempenhará na Ásia nas próximas décadas. Qual será o autor preponderante naquela região, o governo de Pequim ou de Tóquio? A literatura que contempla esses tópicos tem revelado que os autores trilham caminhos distintos, muitas vezes em direções diametralmente opostas. Para uns, o Japão será o líder da Ásia, considerando seu poder econômico e o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico, enquanto, para outros, a China é que terá esse privilégio, contando com o potencial de seus recursos naturais, de sua população, dos investimentos na indústria militar etc. E qual será o papel destinado aos demais países do sudeste asiático? Continuarão crescendo ou esse modelo já dá sinais de esgotamento? Dúvida semelhante aplica-se ao sucesso ou não dos megablocos que, cotidianamente, têm enfrentado dificuldades para atender interesses específicos de cada parceiro, o que contribui para adiar cada vez mais a consecução plena dessas macroinstâncias. Dentro dessas últimas, haverá um líder? Suas políticas externa e de defesa serão fixadas pelo bloco como instituição monolítica, ou cada

um se reservará o direito de pensar e implementar políticas desse gênero no plano individual?

Como se pode ver, essas questões, além de outras igualmente importantes, como a moeda única européia, necessitam percorrer longo tempo de maturação até se encontrarem respostas adequadas que satisfaçam a todas as partes diretamente envolvidas no processo.

Os acertos e erros dos que se propuseram a criar teorias apresentando resultados amparados nos acontecimentos recentes, traçando cenários para os próximos anos, são bastante conhecidos. Esses teóricos têm levado em conta tão-somente alguns fatos verificados em período de tempo relativamente curto para, sobre os mesmos, conceber quadros definitivos.

Percebe-se que, ao elaborarem teorias, as estão fazendo em conjunturas críticas quando fatos se sucedem velozmente, afetando a todos indistintamente, países ricos e pobres. Essas explicações surgem, assim, em instantes de crise, como uma tentativa de encontrar respostas para tais fatos, procurando alternativas e caminhos para os anos vindouros e não apenas para aquela circunstância em que foram gestadas. São exemplos as posturas de Francis Fukuyama com o “Fim da História”, e de Samuel Huntington com o alarmante “Choque das Civilizações”. Coincidentemente, esses dois autores são de um mesmo país, e não é difícil concluir que suas dúvidas principais estão concentradas em uma única e grande questão, isto é, detectar como os Estados Unidos devem comportar-se perante as novas realidades.

Esses dois autores provavelmente não seriam qualificados como pertencentes à corrente globalista. Pelo contrário, ao advogar o triunfo do modelo político e econômico de seu país, e ao sugerir a atitude a ser tomada pelo governo de Washington, deixam claro que a idéia de Estado-Nação, principalmente no caso norte-americano, mais do que nunca deve estar presente na agenda mundial das grandes potências, quaisquer que sejam os temas tratados.

Os globalistas e os que priorizam a interdependência, porém, minimizam as relações conflitivas interestatais no plano geoestratégico. O raciocínio é simples: com o esmaecimento do conflito Leste-Oeste, desde a década de 70, até o término da Guerra Fria, há pouco mais de um lustro, o sistema internacional foi estruturado com feições distintas daquelas apregoadas pela teoria realista. Por isso, o neorealismo e outras vertentes assumiram força explicativa para as mudanças em curso no cenário mundial, alterando a ordem bipolar para uma multipolar, enquanto simultaneamente se verificava o naufrágio do modelo soviético.

OS ESTADOS E O PODER MUNDIAL

Comportamentos recentes têm revelado, todavia, que as preocupações relacionadas com a defesa e a segurança, seja de Estados individualmente, seja de blocos, nunca deixaram de existir e jamais foram excluídas da pauta de qualquer país. Independentemente do final do conflito Leste-Oeste, as potências continuaram armando-se, firmando tratados, ameaçando intervenções, detonando bombas nucleares e, sobretudo, demonstrando força.

Ao final de 1996, quando ocupava a Secretaria de Defesa norte-americana, o Secretário William Perry utilizava o discurso de Bill Clinton para reforçar seus argumentos ao abordar o tema de sua Pasta: “Na condição de maior potência do planeta, temos a obrigação de liderar e, às vezes, quando nossos interesses e nossos valores se encontrarem suficientemente em jogo, de agir”. Complementava o Secretário, agora com suas próprias palavras: “A estratégia de prevenir, dissuadir e derrotar dá sustentação à liderança global dos Estados Unidos nessa nova era”.

Esses trechos corroboram, de forma bastante cristalina, que o fato de pensar-se o mundo globalizado nada tem a ver com os interesses individuais dos Estados, que prosseguem agindo egoisticamente sob a tradicional ótica de políticas de poder, principalmente quando os interesses em jogo dizem respeito aos de uma superpotência como os Estados Unidos, ou de outras grandes potências como a França ou a Grã-Bretanha.

Pode-se alegar que a postura adotada por esses países não corresponde mais ao que se passa no cenário mundial. Esse argumento é parcialmente verdadeiro. Mas é também possível questioná-lo, ponderando que se são as grandes potências que constroem o sistema internacional, e se elas se preocupam com a defesa e a segurança individuais, então, necessariamente, isso deve ser levado na devida conta pelos demais agentes. Os outros, que não foram beneficiados no período da ordem bipolar, certamente desejariam que o mundo fosse regido sob a égide da cooperação e não pela do conflito. Por um motivo simples: como se inserem em uma ordem que lhes é francamente desfavorável, nada mais conveniente do que reivindicar sua substituição, propondo alternativas para um modelo que desloque os temas estratégicos para posições secundárias.

As potências menores têm consciência de que em um contexto em que imperam interesses tão competitivos, as chances de beneficiarem-se é extremamente reduzida e muito menor a de alterar a ordem a seu favor, a menos que adotem políticas externas revolucionárias contestando as bases do sistema internacional. Os acontecimentos que envolvem grandes e pequenos têm deixado claro, porém, a desvantagem usufruída por esses últimos em confrontos diretos, em virtude da acentuada assimetria de poder. Apesar disso, os países periféricos mantêm inalteradas suas preocupações estratégicas, adequando-as às realidades regionais e restringindo-as a seus espaços de atuação. Nesse contexto limitado, vários autores latino-americanos, como Hugo Palma (Peru) e Heraldo Muñoz (Chile), têm insistido, com frequência, na necessidade do aumento do grau de confiança recíproco junto aos países do continente.

Países como o Brasil têm, entretanto, apresentado certa relutância quando se fala na instituição de mecanismos de segurança regional e de integração das Forças Armadas, por exemplo, no âmbito dos membros do Mercosul. Ao mesmo tempo, o Brasil tem tido também reservas quanto à criação de forças supranacionais para interferir nessa parte do Hemisfério Sul. Os escritos do Almirante Mário César Flores, ex-Ministro da Marinha e ex-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos brasileira, são esclarecedores a esse respeito.⁹

Se os Estados com menor capacidade de intervenção nos assuntos mundiais julgam seus próprios problemas sob esse prisma, por que se deveria pensar que, na

percepção das grandes potências, o tema mereceria tratamento diferente? Apenas porque a economia se encontra em um estágio maior de internacionalização no contexto da globalização? Pelo contrário, o fio condutor que norteia o raciocínio dos formuladores das políticas dos grandes países é que, no limite, o fator que sustenta a supremacia política e econômica de seus modelos só pode ser assegurado pela via coercitiva direta e/ou indireta através de sanções ou pelo uso da força. Por isso, Clinton e Perry fazem as afirmações anteriormente mencionadas

Logo, os Estados Unidos aprimoram incessantemente sua indústria militar, sofisticando suas tecnologias com um objetivo bem definido: garantir e/ou ampliar o papel atribuído aos anos pós-45. Se no plano econômico passaram a enfrentar, a partir dos anos 80, acirrada pressão por parte da República Federal da Alemanha e do Japão, no aspecto militar mantiveram liderança incontestada em todos os níveis. A certeza de manutenção e de ampliação desse papel no mundo é exemplificada pelo Almirante Owens dos Estados Unidos, quem, ao fazer referências sobre as implicações da política de sofisticação bélica de seu país para os próximos anos, assegura que “estaremos numa posição muito melhor para moldar o mundo, em vez de reagir a ele, do que em qualquer outro período desde a Segunda Guerra Mundial”.

As posições assumidas tanto pelo presidente norte-americano, quanto por seus secretários, são assim bastante incisivas sobre o que se deve esperar da atuação desse país nos próximos anos. Ainda que alguns tenham, há poucos anos, questionado a capacidade de a Casa Branca conduzir os negócios mundiais, as ações desse país têm-se orientado no sentido de provar que não se acha em declínio. O fato de terem solicitado auxílio para combater o Iraque não quer dizer que se encontram relegados a plano secundário na arena mundial. Como esclarece Joseph Nye, não se pode esperar que um país como os Estados Unidos, que há cinco décadas exercitam a tarefa de guardião do mundo, detenham a capacidade de ação intacta, se enfrentam dificuldades tanto internas quanto externas, mormente no âmbito econômico no quadro da competição triádica.

Deve-se entender, portanto, que ao delegarem obrigações a outras nações, como ao Japão para tratar da segurança asiática, ou concedendo autonomia (limitada) aos países europeus para cuidar de seus próprios interesses no plano regional, isso significa que a Casa Branca tem consciência de que a ordem não é mais bipolar e que todos (as grandes potências) devem arcar com parcela de responsabilidade para ajudar a gerenciar o mundo segundo suas conveniências e manter a estrutura vigente. Um país como os Estados Unidos, que atualmente controla mais de um quinto da economia mundial, não pode, assim, ser considerado em decadência, mas deve-se levar na devida conta que os anos imediatos do pós-segunda Guerra é que foram excepcionais na história norte-americana.

Ao conceberem o mundo dessa forma, e principalmente sentindo-se responsáveis prazerosamente pelo ordenamento do sistema internacional conforme seus critérios, tanto os Estados Unidos quanto as demais potências agem defendendo exclusivamente seus interesses individuais contra o resto do globo. Se atuam assim, naturalmente encontram sustentação não apenas em seus poderes econômicos e em suas influências políticas, mas principalmente na capacidade militar.

Uma olhadela, ainda que rápida, no mapa mundi serve para corroborar que, além daqueles já conhecidos, nenhum país abdicou de suas Forças Armadas, apesar do final do conflito Leste-Oeste. O que se verificou recentemente, isto sim, foi uma readequação das estratégias de Estados como o russo e o francês, que redimensionaram suas Forças Armadas, e prometeram acabar com o serviço militar obrigatório para os próximos anos, reduzindo a quantidade, mas buscando aumentar a eficácia. O que se pode constatar é que existe, então, constante preocupação com assuntos estratégico-militares por parte de todos, principalmente dos países que há muito investem nesse setor.

As nações mais pobres têm, também, adotado comportamento parecido. Não se fala em ampliação de seus efetivos, mas na profissionalização das armas, na modernização de equipamentos, na substituição dos armamentos obsoletos por outros de novas gerações, destinando parcelas de seus parques orçamentos para aquisição de sofisticados (na medida do possível) materiais bélicos, de tanques a aviões.

Por que os Estados se comportam dessa maneira investindo em tecnologias militares se os vetores econômicos pesam mais na pauta de negociações; se o objetivo é procurar alternativas e respostas para melhorar seus indicadores sócio-econômicos; e se promovem inúmeros processos de cooperação e integração constituindo blocos como os verificados nos dois últimos lustros?

Uma das respostas possíveis: uma coisa não tem nada a ver com a outra; assuntos relativos à economia são resolvidos sob uma esfera e temas político-estratégicos passam por outro tipo de reflexão, quer dizer, ambos não se misturam. Problemas econômicos são debatidos em torno de uma mesa, em que se encontram de um lado o Grupo dos Sete e de outro os demais, com pouca capacidade de barganha. Isso quando os dois lados se reúnem, porque, na maior parte das vezes, as decisões são sempre tomadas unilateralmente pelo G-7. O resultado das discussões é, obviamente, a (re)estruturação da ordem, e legitimada, como diz Henry Kissinger, pelo consenso entre as grandes potências que modelam o mundo segundo suas vontades. Essa legitimidade nada tem a ver com critérios de justiça ou morais.

Como se vê, uma resposta que segue esse caminho evidencia que as potências implementam políticas de poder em todos os níveis. Verifica-se, em primeiro lugar, os grandes países mantendo a supremacia contra os pequenos e, em segundo lugar, as divergências entre os próprios grandes, cada um deles procurando abarcar parcelas maiores do mercado.

Se se entende que a economia é hoje globalizada, onde grande parcela dos conglomerados não tem mais base territorial fixa, com a matriz situando-se em qualquer lugar do mundo, inclusive longe do Estado de origem, o que se constata, todavia, é que quando ocorrem quaisquer discordâncias, essas são discutidas e resolvidas não só no âmbito das entidades internacionais como a própria Organização Mundial do Comércio, mas sobretudo por meio da intervenção direta de seus governos. Se não fosse assim, não se entenderiam os motivos que levam os Estados Unidos a ameaçar o Japão com retaliações da Super Cláusula 301 da Lei de Comércio norte-americana; ou com as constantes divergências de interesses

opondo Europa e Estados Unidos, ou Europa e Japão, e entre esses e os países em desenvolvimento, quando uma das partes entende que medidas protecionistas adotadas por um deles estão prejudicando o livre acesso de seus produtos àqueles outros mercados.

Quando discordâncias dessa natureza se verificam, fica patente, portanto, que, por trás das grandes empresas, os Estados é que lhes dão suporte para fazerem suas demandas ou contestarem as políticas dos demais. Tais reivindicações e ameaças só se tornam viáveis se o Estado que assim agir tiver outras capacidades que não as estritamente econômicas. Nesse contexto, a variável militar serve para dar respaldo e credibilidade às potências em suas disputas. Obviamente que a utilização dos arsenais, para resolver divergências econômicas entre as potências, não se justifica, nem se coloca em discussão. As medições de poder se dão por meio de contestação das políticas alheias e com o objetivo de cada um reforçar suas próprias posições no cenário global. Por isso, em assuntos como a lei Helms-Burton norte-americana — que permite retaliações contra quem negociar com o governo de Fidel Castro — a repulsa foi geral, principalmente entre os europeus que se negaram a acatá-la, ainda que sejam detentores de menor capacidade militar que os Estados Unidos. Ou seja, os equipamentos militares não são fatores que podem ser utilizados indiscriminadamente para a resolução de conflitos dessa natureza. Na realidade, a disputa econômica entre as potências leva a constantes desafios mútuos, como o verificado quando o Presidente francês Jacques Chirac contrariava a postura norte-americana recebendo o Presidente colombiano Ernesto Sampers, suspeito de ter recebido recursos do Cartel de Cali. Ou então, com a França tentando aumentar a influência na América Latina, perante a atuação claudicante da Casa Branca que não se apresenta com uma estratégia mais bem elaborada para o continente latino-americano.

No caso da lei Helms-Burton, certamente houve significativa falta de sensibilidade do governo norte-americano ao tentar, unilateralmente, obrigar os demais a seguir uma política de boicote de Cuba (que se estende há décadas), quando este assunto é percebido como problema particular de Washington. Verifica-se, também, que pressões consideradas descabidas, em determinadas circunstâncias, não surtem a eficácia esperada, servindo para reafirmar que, apesar de se identificarem sob modelos político e econômico análogos, as potências divergem entre si em várias circunstâncias. Disso, aliás, os Estados Unidos deveriam estar conscientes, porque ao despontarem como a grande potência mundial no pós-45, eles próprios que haviam liderado a coalizão contra o Eixo, travavam outra guerra com seus aliados almejando ocupar mais espaços econômicos, ampliando seus mercados e contribuindo para que declinassem os impérios coloniais.

Nessa perspectiva, observa-se porque as potências, e todos os demais países do mundo, não abrem mão de políticas de poder apoiadas, em última instância, na força de suas armas. Quer dizer, continua-se aceitando o Estado como o ator principal do sistema internacional, independentemente de as teorias apontarem para as novas realidades do mundo globalizado. Pouco importa se a economia está mais internacionalizada do que alguns lustros atrás. O que se procura, muitas vezes com pesados encargos sociais, é manter e até incrementar suas capacidades

não só ao nível regional, mas tentando — principalmente no caso dos que detêm menor poder — inserir-se de forma mais favorável junto àqueles que efetivamente controlam o cenário mundial.

Além do caso norte-americano e da afirmação do almirante Owens, anteriormente mencionada, podemos recorrer às políticas nucleares francesa e chinesa. Vale a pena recordar que os Campos Elíseos detonaram ao final de 1995 e começo de 1996, nada menos do que seis artefatos nucleares. Para garantir capacidade de persuasão pelos próximos 50 anos, afirmava o presidente Jacques Chirac. Pequim igualmente realizou experimentos antes de aderir à moratória nuclear por um período de dez anos.

Ainda que essas experiências fossem alvo de contestação mundial, principalmente por parte dos países do Pacífico Sul, local onde se realizaram as explosões, nenhuma das duas potências se mostrou sensível aos apelos e argumentos dos demais, antes de atingirem seus objetivos. Só então resolveram encerrar as experiências. Como se trata de duas potências, não existe uma instância punitiva, ou com capacidade de demovê-las de seus intentos. O contrário, contudo, se verifica junto aos países menores, que se encontram sujeitos às inspeções e determinações da Agência Internacional de Energia Atômica.

A SEGURANÇA NO CONTEXTO ATUAL: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Traçado o quadro anterior, a primeira tarefa agora é procurar verificar se existe alguma diferença no comportamento das nações no período que vai da Segunda Grande Guerra até o final da década de 80 — ou seja durante a Guerra Fria — e nos anos que se seguem, quando o assunto se refere à segurança dos Estados.

À primeira vista, a impressão inicial é de que o degelo das relações soviético-americanas arrefeceu o ânimo belicoso do cenário mundial. Quer dizer, o fim do conflito Leste-Oeste teria acabado com as concepções estratégicas e militares, face à inexistência de inimigos na arena mundial, pelo menos no patamar que, até então, se verificava.

Portanto, outros itens assumiram a primazia nas agendas de todos os países, incluindo-se as grandes potências, privilegiando-se a cooperação em detrimento da tradicional ótica conflitiva que permeava as relações internacionais.

Como já observamos nos parágrafos anteriores, uma análise mais cuidadosa, todavia, não nos dá tanta certeza de existência ou de gestação de um novo cenário, isento de conjecturas militares.

O Relatório Governança Global elaborado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, constata que há um declínio paulatino nas despesas bélicas mundiais nos últimos anos. Outro relatório do Centro Internacional de Conversão de Bonn (BICC) também segue os mesmos passos, podendo-se otimisticamente pensar que a possibilidade de novos aumentos no orçamento militar das grandes potências está cada vez mais distante. As próprias despesas norte-americanas podem ser entendidas como sinal alentador de criação de um clima de paz internacional, se considerarmos que nos últimos anos a alocação de recursos para a área de segurança ultrapassou pouco mais de 3% ao ano, em torno de 280 bilhões

de dólares, enquanto nos anos de Guerra Fria alcançavam uma média de 8% do PIB americano.

Mas, como também comenta o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos londrino, voltou, após breve intervalo de tempo, o recurso à utilização da força por parte dos Estados Unidos, para resolver problemas como a própria participação no Haiti, a imposição de paz na Bósnia, e avisando à China de que não deve provocar Taiwan, como aconteceu em 1996, à época das eleições na ilha.

A equipe de Bill Clinton parece ter percebido que o uso da força apresenta bons resultados, daí sua utilização sem maiores sutilezas, quando isso tornar-se necessário: “Os Estados Unidos conseguirão empregar as sanções aos países que considerar criminosos, independentemente do que pensa o resto do mundo, porque ninguém pode dizer não aos norte-americanos”.

Embora também se possa dizer, que, com a complexidade do mundo atual, aparentemente ocorreu um paradoxo. Se os Estados Unidos ficaram livres do conflito com a ex-União Soviética, simultaneamente seu próprio poder tornou-se mais difuso por enfrentar situações outras que não a tradicional, mas envolvendo, principalmente, seus aliados, sobre os quais não têm condições de impor regras, a não ser quando seus interesses sejam convergentes. Ou seja, apesar de se manterem na liderança, os Estados Unidos ficaram “mais fracos” com o final da Guerra Fria e encontram mais dificuldades para gerenciar o sistema internacional. Isso se verifica mesmo no confronto, no plano econômico, com outros países de menor porte, quando recentemente, em maio de 1997, não conseguiu dobrar o Mercosul, atraindo-o para o seio da Associação de Livre Comércio das Américas, no prazo e nas condições que desejava.

Como se vê, o quadro é complexo e diferente do que até então prevalecia. Se a segurança, fundamentalmente para os Estados Unidos, se referia ao mundo inteiro, entendendo-se este como seu cenário de atuação, nota-se que em sentido amplo a concepção estratégica norte-americana não foi afetada. Mas houve, ainda, o redirecionamento do foco de análise de Washington, dirigindo suas atenções com mais insistência para o Extremo Oriente onde se encontram Japão e China, além da proximidade do território russo. Daí as viagens e acordos firmados recentemente com esses países. Tudo isso não significa, contudo, que o resto do mundo esteja livre dos longos tentáculos norte-americanos. Os acontecimentos no Oriente Próximo opondo israelenses e países árabes, ou os governos do Irã, da Índia e do Paquistão têm sido objeto de reflexão da Casa Branca. Mas não se tem mais como motivador a antiga disputa com a Rússia, tratando-se, sobretudo, de continuar exercitando influência onde haja algum tipo de interesse norte-americano. Por isso, os Estados Unidos permanecem agindo em todas as frentes e em todas as instâncias, sejam elas políticas, militares ou econômicas.

O que se verifica é que todas as potências têm atuado sob este prisma, procurando maximizar seus poderes, não só no âmbito tradicional, mas também não se descuidando das tecnologias nucleares. A despeito dos discursos sobre a globalização, os países persistem implementando firmemente políticas de poder, ainda que não mais se vislumbre no horizonte próximo a figura de um inimigo iminente. Prevalece a visão de que no cenário internacional, pelo menos no plano

estratégico-militar, o Estado nacional continua sendo o agente principal. Quer dizer, assuntos econômicos e políticos podem e são resolvidos pautando-se pelo reconhecimento do mundo globalizado, — onde os empresários assumem a vanguarda na transformação das estruturas das instituições mundiais, afetando o próprio Estado —, mas raciocínio parecido não se aplica quando o assunto diz respeito à defesa e à segurança dos territórios de todos os países, independentemente de serem ou não favorecidos pela geografia.

Impulsionadas por tais motivos, a França e a China insistiram na realização de testes nucleares, às vésperas de firmarem compromisso proibindo o exercício desse tipo de tecnologia para resolver pendências internacionais. Para Jacques Chirac, a detonação das bombas era uma necessidade nacional, argumento semelhante ao utilizado pela China. Ao mesmo tempo que demonstrava intenção de assinar a moratória nuclear por dez anos, Pequim efetuava explosões. Para a Chancelaria chinesa, o governo era obrigado a realizar um mínimo de testes nucleares “atendendo aos interesses supremos do Estado e da Nação, para garantir a segurança de suas armas nucleares”.²⁰

Só então ambos os países assinaram o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT), em 24 de setembro de 1996, que inibe a realização de testes nucleares não só na atmosfera mas também no subsolo. Para que o tratado entre em vigor há, contudo, a necessidade de que todos os 44 países possuidores de programas nucleares o assinem e o ratifiquem não se verificando a adesão da Índia, do Paquistão e de Israel. Ou seja, o Tratado não tem validade enquanto persistir a recusa desses países.

A Índia assina o documento, desde que se incluam cláusulas estabelecendo um calendário determinando o desmantelamento dos arsenais acumulados pelas grandes potências nos anos da Guerra Fria, colocando fim à hegemonia nuclear obtida por estas, exigência com a qual definitivamente as potências não concordam.

O Paquistão, com o qual a Índia tem relações pouco amistosas, só subscreve o Tratado se o outro também adotar idêntico procedimento. E, no caso israelense, o tradicional conflito na região faz com que Tel-Aviv veja com receio qualquer acordo que o possa deixar desprotegido perante os países árabes, mesmo considerando que o obstáculo maior representado pela antiga Carta da Organização para a Libertação da Palestina não mais existe. Como se pode lembrar, o Conselho Nacional Palestino que selou paz com Israel em 13 de setembro de 1993, decidiu retirar da Carta Nacional Palestina (adotada em 1964, revisada em 1968 e agora novamente alterada) a cláusula que conclamava à luta armada e à destruição de Israel. Assim Israel, independentemente do final da guerra fria, não tem demonstrado vontade de mudar sua conduta. Até porque o Estado foi criado e viveu sempre no meio de guerras permanentes, atuando agressivamente no combate ao Hamas, ou ao Hezbollah, e atacando regiões protegidas, como fez bombardeando o campo de refugiados da ONU no Líbano, em abril de 1996, ocasionando baixas de cento e um civis e ferindo outras dezenas. Israel criou, também, um Estado-Maior especialmente para combater o terrorismo, reunindo todos os serviços de segurança do país, com capacidade para atuar inclusive nos territórios palestinos

autônomos.

Enquanto isso, a Grã-Bretanha igualmente mantém seus programas de armamentos ativados, estimando-se que as despesas para os próximos dez anos do governo visando a aquisição de aviões e mísseis, ultrapassem seis bilhões de dólares.

O comportamento adotado pelas potências no setor segurança não poderia ser diferente, visto serem elas as que têm interesse maior na feitura e/ou manutenção da ordem mundial. Essa capacidade de determinar os rumos do mundo, tanto ao nível político e econômico, quanto no estratégico só se apresenta factível se escudada em dados sólidos que se traduzem exatamente na capacidade de dissuasão e/ou de intervenção em assuntos alheios, mas que direta ou indiretamente lhes digam respeito.

Daí as divergências entre as grandes potências, cada uma procurando ampliar seu raio de ação, aumentando seu leque de influências e obtendo dividendos não só políticos, mas principalmente econômicos. Os países ocidentais travam, constantemente, verdadeiras guerras entre si, concordando quando todos saem lucrando, mas discordando abertamente inclusive com ameaças de retaliação.

Sob este prisma, percebe-se o porquê da falta de sincronia entre os governos francês e norte-americano. No primeiro caso, Jacques Chirac entende que a França é uma grande potência, portanto necessita de uma política externa própria acentuando sua diferença com os posicionamentos de Washington. Assim, em inúmeras ocasiões, desentendimentos se verificaram: quando os Estados Unidos bombardearam o Iraque em agosto de 1996 a França foi contra, tendo agido da mesma maneira quando, um mês antes, Washington propusera a criação de um organismo internacional contra o terrorismo; no primeiro semestre de 1996, quando Israel bombardeou o sul do Líbano, a França apresentou-se para mediar o conflito com plano de paz diferente dos Estados Unidos. Em outras oportunidades, Jacques Chirac ameaçou os Estados Unidos com represálias imediatas se a França fosse afetada pelas decisões tomadas pela Casa Branca no tocante às sanções a serem impostas aos países que investissem mais de 40 milhões de dólares anuais no Irã, segundo a Lei D'Amato, sancionada em 5 de agosto de 1996. Não só para a França, mas para os europeus em geral, esta medida unilateral norte-americana era inaceitável, porque implicaria em colocar em risco a própria segurança energética.

Outros desajustes abrangem vasto campo de atuação, incluindo a recondução de Boutros Ghali à Secretaria Geral da ONU. Enquanto a França se manifestava a favor, já que via Ghali como francófono, os Estados Unidos simplesmente vetaram novo mandato; quando a França se manifestava pró-árabe chocava-se frontalmente com interesses da Casa Branca, inclusive, porque os Estados Unidos haviam declarado em abril de 1996, que ajudariam Israel a construir rede de defesa contra mísseis; e ao liderar a necessidade de diálogo crítico no seio da Unidade Européia, com países que os americanos boicotam, e ao disputar espaços na África, Paris contrariava a Casa Branca. Daí afirmações do ex-secretário de Estado, Warren Christopher na África do Sul, referindo-se à atitude do governo francês: "A África precisa do apoio de todos os seus amigos, e não apenas da proteção exclusiva de alguns".

Além de todas essas disputas, a questão estratégica tem sido objeto de constante atenção. A defesa e a segurança, e a formulação/implementação de políticas próprias e coletivas é, inclusive, uma das questões centrais da Comissão Intergovernamental criada em Turim em março de 1996, no âmbito da Unidade Européia, com representação de quinze países, para uma revisão completa do Tratado de Maastricht, com prazo de 18 meses para definir os rumos do continente europeu.

É conhecida a dificuldade ao tratar-se de temas relacionados à integração militar e política externa comum, principalmente no caso europeu, quando fazem parte do concerto regional três grandes países como a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha reunificada. Divergindo todas entre si, as posturas contrárias ficam evidenciadas em pronunciamentos e comportamentos cotidianos das três potências, além da “desconfiança norte-americana” em relação aos seus aliados da OTAN. Por isso, a criação do pilar europeu dessa entidade, para atuar em contextos específicos, tem pouca credibilidade, visto que sua atuação depende basicamente dos recursos da própria OTAN que, no caso, são financiados pelos Estados Unidos, ou seja, o “pilar europeu” só funcionará eficazmente com a anuência norte-americana, caracterizando-se na prática uma Europa tutelada.

Entre os europeus a própria discussão no âmbito de Maastricht leva inclusive a desconfianças de países como a Suécia, Finlândia, Áustria e Islândia, que vêm com ressalvas assuntos como segurança e defesa. As posições francesa e britânica têm sido bastante divergentes; enquanto a primeira é antiamericana, no caso britânico, independentemente da predominância conservadora ou trabalhista, a identificação se dá com vigor mais com os Estados Unidos do que com a própria Europa continental.

Ainda que inspirada em outra tendência, diferente da trabalhista, Margareth Thatcher demonstra claramente como os súditos de Sua Majestade pensam os assuntos internacionais. Ao discursar em Praga no Congresso sobre “Iniciativa para uma nova aliança atlântica”, em maio de 1996, Margareth Thatcher declarava-se contrária ao fortalecimento do federalismo europeu, porque isso representaria um confronto com os Estados Unidos, postura inconveniente porque entendia ser a América uma potência européia. Assim, ao defender a continuação do engajamento americano na Europa, considerava que isso seria uma “garantia contra qualquer afirmação de hegemonia de poder no continente europeu”. Pregava, portanto, uma unidade do mundo ocidental sob liderança americana — porque qualquer ameaça à unidade atlântica colocaria em risco a segurança coletiva do Ocidente — e a ampliação da OTAN, que poderia coordenar o apoio para construção de um sistema de defesa global de mísseis balísticos.

Torna-se visível que as preocupações européias sobre defesa e segurança não só continuam merecendo privilegiada atenção nas agendas desses países, como não se consegue chegar a bom termo entre os próprios membros da União Européia, e muito menos entre eles e o governo norte-americano. As divergências são múltiplas, cada um tentando solidificar sua liderança seja no campo regional, seja no contexto mais amplo, envolvendo a formulação da ordem mundial.

Sujeito a embates em muitas frentes, incluindo os com seus próprios aliados mais tradicionais, a atenção norte-americana volta-se ora para a China, para o Japão,

para a Rússia, ora para o Irã. Todos esses países, isolados ou em conjunto, ocupam espaço relevante na agenda norte-americana, uma vez que cada um, seja pela sua posição geoestratégica, seja pela sua presença econômica é fundamental para a estratégia da Casa Branca na Ásia Central, na Eurásia, ou na Bacia do Pacífico.

Desde a dupla contenção contra o Iraque e o Irã, tendo-se inclusive discutido a utilização da força contra esse último, considerado apoiador do terrorismo internacional, até a adoção de uma postura mais flexível e cautelosa visando neutralizar diplomaticamente Teerã, e a assinatura de compromissos com o Japão, a participação militar americana é sentida com vigor naquela parte do mundo.

Nesse interim, como se pode lembrar, desde o final da II Guerra Mundial a presença norte-americana foi característica básica no relacionamento com o Japão que se achava tolhido em suas políticas de defesa, pela imposição de uma constituição pacifista nas últimas décadas. O acordo recente, porém, firmado em 1996, não só recoloca a importância do Japão para proteger os interesses norte-americanos como outorga ao governo imperial responsabilidade maior na defesa da Ásia, dividindo com Washington tal política. Em função desse novo intercâmbio, o Japão resolveu criar um corpo de espões intitulado Quartel General de Inteligência, composto de dois mil agentes das Forças Armadas para acompanhar de perto os pontos críticos do continente asiático, visando resguardar a segurança regional.

Outros compromissos envolvendo países da região, como a China e a Rússia ampliando cooperação estratégica anunciada desde 1996 e reafirmada recentemente em abril de 1997, indicam não só desconfianças contra Europa e Estados Unidos, como também denotam descontentamentos contra uma possível ampliação da OTAN, chegando até às fronteiras da Rússia. Ou seja, com a ruptura de seu “cordão sanitário”, Moscou se sentiria vulnerável aos ataques de forças ocidentais.

Assim, ao concordarem em incrementar a colaboração estratégica entre ambos os países, Boris Yeltsin e Jian Zemin emitiram comunicado conjunto criticando o papel jogado pelos Estados Unidos no mundo, agora “unipolar”. Face à impotência de Pequim e de Moscou de fazerem frente isoladamente a Washington, aparentando visível ressentimento pelo aumento do poderio norte-americano, os dirigentes russo e chinês afirmavam que “nenhum país pode aspirar, por meio de uma política de força ao monopólio dos assuntos internacionais”, considerando que “todos os países, pequenos ou grandes, ricos ou pobres, são membros de importância igual na comunidade internacional”.

Tanto para Moscou, quanto para Pequim, a política norte-americana é ostensiva, porque, no caso da expansão da OTAN, a Rússia a entende como ameaça à sua própria segurança, enquanto a China vê Washington como hegemônico e intervencionista quando se trata de temas como direitos humanos ou questões econômicas e estratégicas, ora tentando impedir a entrada de Pequim na Organização Mundial do Comércio, ora ameaçando o país quando está em jogo o destino da ilha de Taiwan.

Ainda que a Rússia e a OTAN tenham chegado a ponto comum sobre a expansão desta última, em maio de 1997, nada leva a crer que, ao se tornar efetivo o aumento da entidade, com armamentos ocidentais (embora estejam excluídas as armas nucleares), nos países junto ao território russo, as desavenças ou desconfi-

anças estejam definitivamente sepultadas.

As preocupações dos Estados Unidos nessa parte do mundo dizem respeito, portanto, não só ao equilíbrio regional, ou à evolução do terrorismo, mas há também o receio de que a Rússia repasse à China tecnologia de mísseis estratégicos intercontinentais SS-18 (existentes na Rússia mas produzidos na Ucrânia), propiciando a Pequim capacidade de poder atingir território norte-americano. Sobre esses tópicos, verifica-se uma estreita identificação das posturas norte-americana e britânica, porque no discurso anteriormente citado, um dos receios apresentados por Margaret Thatcher era o fato de que no mundo pós-URSS, ocorresse uma dispersão de bombas nucleares do antigo império soviético, sendo distribuídas entre vários países incluindo os do Oriente Médio e da África do Norte, ameaçando as capitais da Europa.

Como enfatiza Robert Norris, analista de armamentos do Natural Resources Defense Council norte-americano, “não há dúvidas de que a China está enveredando pelo mesmo caminho que todas as outras potências percorreram — EUA, Rússia, Grã-Bretanha e França — e este é o de dispor de mísseis menores e mais leves para ogivas múltiplas”.

NOTAS FINAIS

De todo o anteriormente dito, pode-se dizer, sem qualquer sombra de dúvida, que, nos anos recentes, o final da Guerra Fria não eliminou as concepções estratégicas. Se as estratégias formuladas não contemplam mais o confronto ideológico Leste-Oeste, nem por isso as grandes potências passaram a confiar em um quadro estável, livre de futuros conflitos. Pelo contrário, a desagregação da URSS trouxe consigo uma explosão de problemas, dividindo e destruindo Estados.

As constantes alterações verificadas inter e intrablocos são elementos importantes que desnudam os desencontros das propostas das grandes potências para resolver os destinos do mundo sob uma única perspectiva.

Mesmo os acordos objetivando reduzir o potencial de conflitos regionais e mundiais, como o de Pelindaba — isentando a África de armamentos nucleares — de Rarotonga — desnuclearizando o Pacífico Sul e o CTBT, deixam margens a dúvidas, porque apresentam condições para seu fracasso, quando um dos signatários sentir-se prejudicado.

A globalização econômica não trouxe consigo o fim das preocupações estratégicas e militares. Ao surgir como única superpotência ao nível econômico, político e militar, os Estados Unidos criaram situações até então inexistentes, sendo contestados, inclusive por parte de seus aliados que não desejam a perpetuação de uma ordem onde se sintam e se situam eternamente apenas como atores secundários. Para fazer frente a essa nova situação, esses últimos trabalham arduamente para romper esse quadro e garantir presença de maior relevo no cenário internacional.

A China e a França são bons exemplos que corroboram esta afirmação e caminham na direção apontada. O Japão aumentando suas responsabilidades na

Ásia no plano estratégico-militar, terá também maior destaque político, fazendo jus a seu desempenho econômico, científico e tecnológico, disputando com a China — se essa tiver fôlego para acompanhar o império nipônico — o papel de país chave no continente asiático.

De qualquer ângulo que se veja o cenário global, é certo, portanto, que aos Estados — cujos governantes, ao contrário dos empresários e executivos, se encontram ainda presos à tradicional visão interestatal do mundo — ainda serão dedicados longos anos de atenção por parte de todos os atores, sejam as organizações supranacionais, sejam as organizações não-governamentais.

No mundo globalizado, mais do que nunca o Estado-Nação mostra sua força e competência na defesa dos interesses de seus grupos/classes, e as políticas de defesa e de segurança individuais durante muito tempo ainda prevalecerão sobre as iniciativas globais, de blocos ou de continentes. A não ser que todos os atores se considerem ganhadores, ou se sintam beneficiados, ou então impotentes para contradizer políticas mais amplas.

A assimetria de poder das relações internacionais têm deixado claro que nos momentos decisivos, excetuando alguns da guerra fria, os interesses individuais têm sido privilegiados em detrimento dos coletivos. Todas as divergências que serviram para ilustrar este texto, apontam no sentido de comprovar que, no limiar do século XXI e pelo menos nas próximas décadas, os Estados continuarão a agir egoisticamente na defesa de seus próprios interesses. Como aliás sempre o fizeram, independentemente de considerar-se com insistência cada vez maior o mundo globalizado.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Ver Richard ROSECRANCE - *The rise of the trading State*. New York: Basic Books, 1986.
2. Cf. Robert KEOHANE & Joseph NYE JR. - *Power and interdependence*, 2a. ed., Harper Collin, 1989; Stephen KRASNER (ed.) — *International Regimes*, Ithaca: Cornell University Press, 1991.
3. Cf. Ronaldo SARDENBERG - “Estudo das Relações Internacionais”, in *Curso de Relações Internacionais, Unidade IV*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
4. Cf. Francis FUKUYAMA - *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; Samuel HUNTINGTON — *O choque das civilizações*. São Paulo: Objetiva, 1997.
5. Cf. William J. PERRY “A defesa na era da esperança”. *Foreign Affairs* (2): 14, novembro de 1996, Edição brasileira da *Gazeta Mercantil*.
6. *Ibidem*
7. Cf. por exemplo, Edward LUTTWAK - “Uma política militar pós-heróica”, *Foreign Affairs* (12): 15-19, novembro de 1996. Edição brasileira da *Gazeta Mercantil*.
8. Ver, por exemplo, Hugo PALMA - “Medidas de confiança recíproca”. Santiago: Comision Sudamericana de Paz, 1988. Herardo MUNHOZ — *A nova política*

mundial. São Paulo: Brasília: Editora Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

9. Ver, por exemplo, Mário César FLORES - “Preocupações militares de fim de século: ilações sobre o caso brasileiro”. *Premissas* (13): 87-106, agosto de 1996.

10. Citado in “A nova revolução militar norte-americana”, publicado pelo *The Economist*, e transcrito pela *Gazeta Mercantil*, 21/23 de março de 1997, no *Caderno de Fim de Semana*, p. 2.

11. Ver “Declínio ou renovação”, *Diálogo*, 1 (23): 30-47, 1990. Nesta matéria encontram-se textos e entrevistas de Paul Kennedy, Samuel Huntington e Joseph S. Nye Jr.

12. Ver Henry R. NAU - *O mito da decadência dos Estados Unidos. A liderança americana na economia mundial na década de 1980*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

13. Cf. Joseph NYE Jr. - “As novas dimensões do poder”. *Diálogo*, 1 (23): 45-47, 1990. Ver também Lester THUROW — *Cabeça a cabeça — a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

14. Sobre este ponto de vista ver, por exemplo, Zbigniew BRZEZINSKI - “As relações URSS x USA: a divisão do mundo entre as superpotências”, in Henrique RATTNER (org.) — *A crise da ordem mundial*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 221– 236

15. Cf. Henry KISSINGER - *O mundo restaurado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 1–2.

16. Cf. *Comissão sobre Governança Global - Nossa comunidade Global*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 9-12.

17. Cf. Alison MOTLUK - “Estudo aponta desarmamento recorde”. *Folha de S. Paulo*, 05.05.96, p. 1-23

18. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 25.04.96, p. A-11

19. Cf. Martin WALKER - “Clinton descobre que obtém resultado com uso da força”, matéria publicada pelo *The Guardian* e reproduzida pelo *O Estado de S. Paulo*, 09.08.96, p. A-12.

20. “China faz teste nuclear e causa protestos”. *O Estado de S. Paulo*, 09.06.96, p. A-2.

21. “OLP elimina ‘fim de Israel’ da Carta Palestina”. *O Estado de S. Paulo*, 25.04.96, p. A-15.

22. “Israel cria Estado-Maior para combater terror”. *O Estado de S. Paulo*, 05.03.96, p. A-13.

23. Greg MAHLICH - “Compras de defesa vão a US\$ 6,2 bilhões”. *Gazeta Mercantil*, 26/28/07.96, p. A-10.

24. Cf. Reali Jr. - “Europa reclama, mas não deseja crise com americanos”. *O Estado de S. Paulo*, 08.08.96, p. A-22; Luiz Antônio RYFF — “França e EUA divergem em política externa”. *Folha de S. Paulo*, 08.09.96, p. 1-27

25. Cf. Reali JR. - “França e Estados Unidos travam ‘guerrilha diplomática’”. *O Estado de S. Paulo*, 15.10.96, p. A-11.

26. “Criado organismo para revisar Maastricht”. *O Estado de S. Paulo*, 30.03.96–p. A-12.

27. Cf. Gilles LAPOUGE - “Difícil será sair da tutela dos Estados Unidos”. O Estado de S. Paulo, 04.06.96, p. A-9.
28. Cf. Margareth THATCHER “O Ocidente depois da Guerra Fria”, Gazeta Mercantil, 20.05.96, p. A-2.
29. Cf. Jim WOLF - “Washington debate uso da força militar contra o Irã”. Gazeta Mercantil, 09/11.08.96, p. A-1; Steven ERLANGER — “EUA pretendem isolar Teerã por apoiar terror”, publicado pelo The New York Times e reproduzido pelo O Estado de S. Paulo, 06.03.96, p. A-11. Ver também Zbigniew BRZEZINSKI, Brent SCOWCROFT & Richard MURPHY — “Uma política de contenção diferenciada”, Foreign Affairs (8), maio de 1997, p. 3-8. Edição brasileira da Gazeta Mercantil.
30. Cf. William DAWKINS - “Japão vai vigiar toda a Ásia”, Financial Times, reproduzido pela Gazeta Mercantil, 23.05.96, p. A-17.
31. Cf. Chrystia FREELAND - “China e Rússia unem-se contra mundo unipolar”. Financial Times, reproduzido pela Gazeta Mercantil, 24.04.97, p. A-13.
32. Cf. Margareth THATCHER, op. cit.
33. Cf. “A proibida tecnologia de mísseis estratégicos”, Gazeta Mercantil, 22.05.96, p. A-10

RESUMO

GLOBALIZAÇÃO E SEGURANÇA SHIGUENOLI MIYAMOTO

PARA MUITOS AUTORES, OS TERMOS ECONÔMICOS TÊM SOBREPULADO AS PREOCUPAÇÕES ESTRATÉGICO-MILITARES. GRADUALMENTE, A INTERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE AS EMPRESAS DAS NAÇÕES TEM REDUZIDO AS FUNÇÕES DO ESTADO-NAÇÃO.

EMPRESAS TRANSNACIONAIS SEGUIDAS DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E OUTRAS SIMILARES, TÊM ABSORVIDO A CAPACIDADE DO ESTADO PARA TOMAR DECISÕES E IMPLEMENTAR POLÍTICAS QUE MODELAM O MUNDO.

ABSTRACT

Globalization and Security Shiguenoli Miyamoto

MANY AUTHORS BELIEVE ECONOMIC ISSUES HAVE OVERCOME STRATEGIC-MILITARY CONCERN. GRADUALLY, FUNCTIONS OF NATION-STATE HAVE BEEN REDUCED BY ECONOMIC INTERACTION AMONG FREE ENTERPRISES WITHIN NATIONS.

TRANSNATIONAL ENTERPRISES SECONDED BY NON-GOVERNMENTAL AND RELATED ORGANIZATIONS ARE ABSORBING MOST OF THE CAPACITY OF THE STATE TO MAKE DECISIONS AND IMPLEMENT POLICIES WHICH SHAPE THE WORLD.

O AUTOR

SHIGUENOLI MIYAMOTO É BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS, MESTRE E DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). ATUALMENTE É PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), ONDE TAM BÉM É COORDENADORA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E COORDENADOR-ADJUNTO DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. TEM PUBLICADO DIVERSOS ARTIGOS EM COLETÂNEAS E EM REVISTAS ESPECIALIZADAS.